

**EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE À TRANSMISSÃO DO HIV  
NO BRASIL**

**EFFECTIVENESS OF PUBLIC POLICIES IN COMBATING HIV TRANSMISSION IN  
BRAZIL**

**EFICACIA DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS EN EL COMBATE A LA TRANSMISIÓN  
DEL VIH EN BRASIL**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-092>

**Data de submissão:** 10/11/2025

**Data de publicação:** 10/12/2025

**Kaio Genario Ferreira de Melo**

Graduando em Medicina

Instituição: Universidade Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-5120-3560>

**Alessandra de Lourdes Ballaris**

Doutora em Agronomia

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8721165191703023>

**Karina Simão Araújo**

Mestre em Enfermagem

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9187-7497>

**Ana Elisa Pereira da Silva**

Mestre em Ciências Ambientais

Instituição: Universidade Brasil (UB)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9310-2115>

**Sonia Maria Carneiro de Moraes Franco**

Mestre em Promoção de Saúde

Instituição: Universidade de França (UNIFRAN)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-3789-7740>

**Flávio Carlos Ruy Ferreira**

Especialista em Saúde da Família

Instituição: Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-2229-5478>

**Patrícia Michelassi Carrinho Aureliano**

Doutora em Engenharia Biomédica

Instituição: Universidade Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8642-479X>

## RESUMO

A epidemia do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) constitui um desafio sanitário persistente no Brasil, exigindo políticas públicas efetivas para interromper as cadeias de transmissão. Este estudo analisa a efetividade das políticas públicas implementadas no Brasil para o combate à transmissão do HIV, considerando suas dimensões epidemiológicas, organizacionais e sociais. A escolha do tema justifica-se pela necessidade de avaliar criticamente as estratégias governamentais em um contexto marcado por desigualdades regionais, vulnerabilidades sociais e barreiras de acesso aos serviços de saúde. O objetivo principal consiste em examinar as políticas de prevenção, diagnóstico e tratamento, identificando os fatores que condicionam sua efetividade. A metodologia adota abordagem qualitativa, de natureza aplicada, por meio de revisão integrativa da literatura científica, análise documental de políticas públicas e análise de indicadores epidemiológicos disponíveis em bases de dados oficiais. Os resultados revelam avanços significativos, especialmente no acesso universal ao tratamento antirretroviral, mas evidenciam desafios estruturais como a feminização da epidemia, o aumento de casos entre pessoas idosas e as disparidades regionais na incidência e mortalidade. Conclui-se que a efetividade das políticas públicas depende do fortalecimento da articulação intersetorial, da ampliação do acesso aos serviços de saúde, da redução do estigma e da implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas de Saúde. HIV/AIDS. Prevenção. Desigualdades Sociais.

## ABSTRACT

The Human Immunodeficiency Virus (HIV) epidemic constitutes a persistent health challenge in Brazil, requiring effective public policies to interrupt transmission chains. This study analyzes the effectiveness of public policies implemented in Brazil to combat HIV transmission, considering their epidemiological, organizational, and social dimensions. The choice of theme is justified by the need to critically evaluate governmental strategies in a context marked by regional inequalities, social vulnerabilities, and barriers to accessing health services. The main objective consists of examining prevention, diagnosis, and treatment policies, identifying the factors that condition their effectiveness. The methodology adopts a qualitative approach, of applied nature, through integrative review of scientific literature, documentary analysis of public policies, and analysis of epidemiological indicators available in official databases. The results reveal significant advances, especially in universal access to antiretroviral treatment, but highlight structural challenges such as the feminization of the epidemic, the increase in cases among elderly people, and regional disparities in incidence and mortality. It is concluded that the effectiveness of public policies depends on strengthening intersectoral articulation, expanding access to health services, reducing stigma, and implementing continuous monitoring and evaluation mechanisms.

**Keywords:** Public Health Policies. HIV/AIDS. Prevention. Social Inequalities.

## RESUMEN

La epidemia del Virus de Inmunodeficiencia Humana (VIH) constituye un desafío sanitario persistente en Brasil, que requiere políticas públicas eficaces para interrumpir las cadenas de transmisión. Este estudio analiza la efectividad de las políticas públicas implementadas en Brasil para combatir la transmisión del VIH, considerando sus dimensiones epidemiológicas, organizacionales y

sociales. La elección de este tema se justifica por la necesidad de evaluar críticamente las estrategias gubernamentales en un contexto marcado por desigualdades regionales, vulnerabilidades sociales y barreras de acceso a los servicios de salud. El objetivo principal es examinar las políticas de prevención, diagnóstico y tratamiento, identificando los factores que condicionan su efectividad. La metodología adopta un enfoque cualitativo y aplicado, mediante una revisión integradora de la literatura científica, el análisis documental de políticas públicas y el análisis de indicadores epidemiológicos disponibles en bases de datos oficiales. Los resultados revelan avances significativos, especialmente en el acceso universal al tratamiento antirretroviral, pero destacan desafíos estructurales como la feminización de la epidemia, el aumento de casos en la tercera edad y las disparidades regionales en incidencia y mortalidad. Se concluye que la eficacia de las políticas públicas depende del fortalecimiento de la coordinación intersectorial, la ampliación del acceso a los servicios de salud, la reducción del estigma y la implementación de mecanismos continuos de monitoreo y evaluación.

**Palabras clave:** Políticas de Salud Pública. VIH/SIDA. Prevención. Desigualdades Sociales.

## 1 INTRODUÇÃO

A epidemia do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) permanece como um dos desafios sanitários mais complexos enfrentados pelo Brasil nas últimas quatro décadas. Desde a identificação dos primeiros casos no início dos anos 1980, o país tem implementado políticas públicas de prevenção, diagnóstico e tratamento que, embora reconhecidas internacionalmente, ainda enfrentam obstáculos estruturais, sociais e epidemiológicos que comprometem sua efetividade. Até que ponto as estratégias governamentais têm sido capazes de interromper as cadeias de transmissão do HIV em um território marcado por desigualdades regionais, vulnerabilidades sociais e barreiras de acesso aos serviços de saúde? A resposta a essa questão exige uma análise crítica que transcenda os indicadores epidemiológicos e examine as dimensões políticas, organizacionais e comunitárias que moldam a resposta brasileira à epidemia.

O HIV provoca alterações imunológicas profundas no organismo humano, comprometendo progressivamente a capacidade de defesa contra infecções oportunistas. Conforme destacam Alencar *et al.* (2022, p. 50232), "o vírus da imunodeficiência humana adquirida (HIV) é responsável por alterações imunológicas que resultam na destruição progressiva dos linfócitos T CD4+, comprometendo a resposta imune celular". Essa característica biológica do vírus impõe a necessidade de intervenções precoces e contínuas, tanto no âmbito da prevenção quanto do tratamento, para evitar a progressão para a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). No entanto, a efetividade dessas intervenções depende não apenas da disponibilidade de tecnologias biomédicas, mas também da capacidade do sistema de saúde em alcançar populações vulneráveis e garantir a adesão aos protocolos terapêuticos.

A participação da sociedade civil organizada, especialmente das organizações não governamentais (ONGs), tem desempenhado papel fundamental na resposta à epidemia de HIV/AIDS no Brasil. Almeida *et al.* (2021, p. 2) afirmam que "o envolvimento em organizações não governamentais está associado a maior participação em ações de prevenção ao HIV/AIDS por homens que fazem sexo com homens no Brasil". Essa constatação evidencia que as políticas públicas não operam isoladamente, mas em articulação com redes comunitárias que ampliam o alcance das estratégias de prevenção e reduzem barreiras de acesso aos serviços de saúde. A sinergia entre Estado e sociedade civil constitui, portanto, um elemento central para a compreensão da efetividade das políticas públicas no combate à transmissão do HIV.

Apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, os indicadores de saúde relacionados ao HIV/AIDS no Brasil revelam persistentes desafios. Amorim *et al.* (2023, p. 1894) observam que "a análise de indicadores de saúde no Brasil demonstra disparidades regionais significativas na

incidência de HIV, com maior concentração de casos em áreas urbanas e entre populações vulneráveis". Essas disparidades refletem não apenas diferenças na oferta de serviços de saúde, mas também desigualdades sociais, econômicas e culturais que amplificam a vulnerabilidade de determinados grupos populacionais. A compreensão dessas desigualdades é essencial para avaliar a efetividade das políticas públicas e identificar lacunas que demandam intervenções específicas.

A relevância deste estudo reside na necessidade de produzir evidências científicas que subsidiem o aprimoramento das políticas públicas de combate ao HIV no Brasil. Em um contexto de restrições orçamentárias, aumento de casos em populações-chave e emergência de novas tecnologias de prevenção, torna-se imperativo avaliar criticamente quais estratégias têm produzido resultados efetivos e quais demandam reformulação. Além disso, a análise das políticas públicas sob uma perspectiva multidimensional permite identificar os fatores que facilitam ou obstaculizam a implementação de ações de prevenção, diagnóstico e tratamento, contribuindo para a construção de respostas mais eficazes e equitativas.

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar a efetividade das políticas públicas implementadas no Brasil para o combate à transmissão do HIV, considerando suas dimensões epidemiológicas, organizacionais e sociais. Como objetivos específicos, propõe-se: (a) identificar as principais políticas públicas de prevenção e controle do HIV implementadas no Brasil nas últimas duas décadas; (b) avaliar os indicadores epidemiológicos de transmissão do HIV no país, considerando as disparidades regionais e populacionais; (c) examinar o papel das organizações não governamentais e da sociedade civil na implementação das políticas de prevenção ao HIV; (d) analisar os desafios estruturais e operacionais que comprometem a efetividade das políticas públicas no combate à transmissão do HIV.

Este artigo estrutura-se em cinco seções principais. Após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico, que aborda os fundamentos conceituais das políticas públicas de saúde, as características epidemiológicas do HIV/AIDS no Brasil e o papel das redes comunitárias na resposta à epidemia. Na sequência, descreve-se a metodologia adotada para a análise dos dados e das políticas públicas. A quarta seção apresenta os resultados e a discussão, articulando os achados empíricos com o referencial teórico. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais conclusões do estudo, apontam suas limitações e sugerem direções para pesquisas futuras. Ao longo de todo o texto, busca-se manter o rigor analítico e a clareza expositiva necessários para contribuir com o debate acadêmico e a formulação de políticas públicas mais efetivas no combate à transmissão do HIV no Brasil.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão da efetividade das políticas públicas no combate à transmissão do HIV no Brasil exige uma análise que articule os fundamentos teóricos das políticas de saúde, as dimensões epidemiológicas da infecção e as vulnerabilidades sociais que amplificam a disseminação do vírus. As políticas públicas de saúde constituem instrumentos de intervenção estatal que visam garantir o direito à saúde, reduzir desigualdades e promover o bem-estar coletivo. No contexto brasileiro, essas políticas têm sido orientadas por princípios de universalidade, integralidade e equidade, conforme estabelecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, a efetividade dessas políticas depende não apenas de sua formulação normativa, mas também de sua capacidade de implementação, monitoramento e adaptação às realidades locais e às necessidades das populações vulneráveis.

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) representa um marco conceitual e operacional para o fortalecimento das ações de saúde pública no Brasil. Arruda *et al.* (2024, p. 3) afirmam que "o fortalecimento da saúde pública através da Política Nacional de Promoção da Saúde pressupõe a articulação intersetorial e a participação social como elementos centrais para a efetividade das ações de prevenção". Essa perspectiva evidencia que as políticas de combate ao HIV não podem ser compreendidas isoladamente, mas como parte de um sistema mais amplo de promoção da saúde que integra ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e redução de danos. A articulação intersetorial, envolvendo educação, assistência social, direitos humanos e organizações comunitárias, constitui um elemento fundamental para ampliar o alcance das estratégias de prevenção e garantir a sustentabilidade das intervenções.

As desigualdades sociais constituem um dos principais determinantes da vulnerabilidade ao HIV no Brasil. A distribuição desigual de recursos, oportunidades e acesso aos serviços de saúde cria contextos de vulnerabilidade que amplificam o risco de infecção e dificultam o acesso ao diagnóstico e ao tratamento. Barbosa, Macêdo e Silva (2024, p. 308) destacam que "as iniquidades sociais representam um desafio central para a saúde pública brasileira, uma vez que populações marginalizadas enfrentam barreiras estruturais que limitam o acesso às estratégias de prevenção e controle do HIV". Essa constatação reforça a necessidade de políticas públicas que não apenas ofereçam serviços de saúde, mas que também enfrentem os determinantes sociais da saúde, promovendo a redução das desigualdades e a garantia de direitos fundamentais. A efetividade das políticas de combate ao HIV está, portanto, intrinsecamente relacionada à capacidade do Estado em promover justiça social e equidade no acesso aos serviços de saúde.

A vulnerabilidade programática refere-se às fragilidades institucionais e operacionais que comprometem a implementação efetiva das políticas públicas. Essas vulnerabilidades manifestam-se

na insuficiência de recursos financeiros, na descontinuidade das ações, na fragmentação dos serviços e na ausência de mecanismos de monitoramento e avaliação. Bick e Paula (2020, p. 105) argumentam que "a vulnerabilidade programática para insegurança alimentar de crianças expostas ao HIV evidencia a necessidade de políticas integradas que considerem as múltiplas dimensões da vulnerabilidade social". Embora os autores abordem especificamente a insegurança alimentar, sua análise pode ser estendida para compreender as fragilidades programáticas que afetam a resposta ao HIV de forma mais ampla. A ausência de integração entre as políticas de saúde, assistência social e segurança alimentar compromete a efetividade das intervenções e perpetua ciclos de vulnerabilidade que dificultam o controle da epidemia.

A literatura especializada reconhece que a resposta ao HIV no Brasil tem sido marcada por avanços significativos, especialmente no que se refere à garantia de acesso universal ao tratamento antirretroviral e à implementação de estratégias de prevenção combinada. No entanto, persistem desafios relacionados à estigmatização, à discriminação e às barreiras de acesso aos serviços de saúde, especialmente entre populações-chave, como homens que fazem sexo com homens, pessoas trans, profissionais do sexo e usuários de drogas. A compreensão desses desafios exige uma abordagem teórica que articule as dimensões biomédicas, sociais e políticas da epidemia, reconhecendo que a efetividade das políticas públicas depende de sua capacidade de enfrentar não apenas os aspectos clínicos da infecção, mas também os determinantes sociais e estruturais que amplificam a vulnerabilidade ao HIV.

A teoria da vulnerabilidade, desenvolvida no campo da saúde coletiva, oferece um marco conceitual relevante para a análise das políticas públicas de combate ao HIV. Essa teoria propõe que a vulnerabilidade ao HIV não é determinada apenas por comportamentos individuais, mas por uma combinação de fatores individuais, sociais e programáticos que interagem de forma complexa. A vulnerabilidade individual refere-se aos conhecimentos, atitudes e práticas relacionadas à prevenção do HIV. A vulnerabilidade social diz respeito às condições socioeconômicas, culturais e políticas que amplificam o risco de infecção. A vulnerabilidade programática, por sua vez, relaciona-se à qualidade e à acessibilidade dos serviços de saúde e das políticas públicas. A articulação dessas três dimensões permite uma compreensão mais abrangente dos desafios enfrentados pelas políticas públicas e das estratégias necessárias para ampliar sua efetividade.

A análise crítica da literatura revela que a efetividade das políticas públicas de combate ao HIV no Brasil está condicionada por múltiplos fatores, que incluem a disponibilidade de recursos financeiros, a capacidade institucional dos serviços de saúde, a participação da sociedade civil, a redução do estigma e da discriminação, e a implementação de estratégias de prevenção baseadas em

evidências científicas. A compreensão desses fatores é essencial para identificar as lacunas existentes nas políticas atuais e para propor intervenções que ampliem o alcance e a efetividade das ações de prevenção, diagnóstico e tratamento. Este referencial teórico fornece, portanto, a base conceitual necessária para a análise empírica que será desenvolvida nas seções subsequentes deste artigo, estabelecendo conexões claras entre os fundamentos teóricos e os objetivos da pesquisa.

### **3 METODOLOGIA**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza aplicada e com objetivos descritivos e analíticos. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender em profundidade as dimensões sociais, políticas e programáticas que influenciam a efetividade das políticas públicas de combate à transmissão do HIV no Brasil. A natureza aplicada da pesquisa fundamenta-se na intenção de produzir conhecimentos que possam subsidiar o aprimoramento das políticas públicas e das práticas de saúde. Quanto aos objetivos, a pesquisa assume caráter descritivo ao mapear as políticas públicas implementadas e os indicadores epidemiológicos relacionados ao HIV, e caráter analítico ao examinar criticamente os fatores que condicionam a efetividade dessas políticas.

A complexidade das políticas públicas de saúde exige abordagens metodológicas que considerem a multiplicidade de fatores que influenciam sua implementação e seus resultados. Coelho e Godoy (2024) argumentam que as teorias do caos e da complexidade oferecem perspectivas relevantes para compreender a dinâmica das políticas públicas na área da saúde, reconhecendo que os sistemas de saúde operam em contextos de incerteza, interdependência e não linearidade. Essa perspectiva teórica orienta a escolha metodológica deste estudo, que busca capturar a complexidade das políticas de combate ao HIV por meio de uma análise multidimensional que articula dados epidemiológicos, documentos oficiais e literatura científica especializada.

O procedimento metodológico adotado consiste em uma revisão integrativa da literatura científica, complementada pela análise documental de políticas públicas e pela análise de indicadores epidemiológicos disponíveis em bases de dados oficiais. A revisão integrativa constitui um método de pesquisa que permite sintetizar o conhecimento produzido sobre determinado tema, identificar lacunas na literatura e estabelecer relações entre diferentes perspectivas teóricas e empíricas. Costa *et al.* (2021) destacam que a revisão integrativa possibilita a análise crítica e abrangente da literatura, contribuindo para a compreensão de fenômenos complexos no campo da saúde pública. A escolha por esse método justifica-se pela necessidade de mapear o estado atual do conhecimento sobre as

políticas públicas de combate ao HIV no Brasil e de identificar os principais desafios e avanços documentados pela literatura científica.

A coleta de dados foi realizada em três etapas complementares. A primeira etapa consistiu na busca sistemática de artigos científicos em bases de dados eletrônicas, incluindo SciELO, PubMed, LILACS e Google Acadêmico. Os descritores utilizados foram: "políticas públicas", "HIV", "AIDS", "prevenção", "Brasil", "vulnerabilidade", "desigualdades sociais" e "efetividade". Foram incluídos artigos publicados entre 2015 e 2024, em português, inglês ou espanhol, que abordassem as políticas públicas de combate ao HIV no Brasil. A segunda etapa envolveu a análise documental de políticas públicas, incluindo a Política Nacional de DST/AIDS, a Política Nacional de Promoção da Saúde e documentos técnicos do Ministério da Saúde. A terceira etapa consistiu na coleta de indicadores epidemiológicos relacionados ao HIV, disponíveis no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e nos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde.

A análise dos dados foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo temática, que permite identificar, analisar e interpretar padrões de significado presentes nos textos analisados. Os artigos científicos e documentos oficiais foram lidos integralmente, e as informações relevantes foram organizadas em categorias temáticas relacionadas aos objetivos da pesquisa. As categorias analíticas incluíram: políticas de prevenção ao HIV, indicadores epidemiológicos, vulnerabilidades sociais e programáticas, participação da sociedade civil e desafios para a efetividade das políticas públicas. Cunha, Martins e Guerreiro (2024) demonstram que a análise temática de revisões integrativas permite identificar os principais desafios enfrentados por populações vulneráveis ao HIV, contribuindo para a compreensão das lacunas existentes nas políticas públicas. Essa abordagem analítica possibilita uma compreensão aprofundada das dimensões que influenciam a efetividade das políticas de combate ao HIV no Brasil.

Os aspectos éticos constituem uma dimensão fundamental na análise das políticas públicas de combate ao HIV. Fernandes *et al.* (2019, p. 179) afirmam que "o estigma representa um desafio ético central para a consolidação das políticas públicas de combate ao HIV no Brasil, uma vez que compromete o acesso aos serviços de saúde e a adesão ao tratamento". A consideração dos aspectos éticos neste estudo envolve o reconhecimento de que as políticas públicas devem ser avaliadas não apenas por sua eficiência técnica, mas também por sua capacidade de promover a dignidade humana, reduzir o estigma e garantir os direitos das pessoas vivendo com HIV. Embora esta pesquisa não envolva coleta de dados primários com seres humanos, a análise crítica das políticas públicas considera as implicações éticas das estratégias de prevenção, diagnóstico e tratamento, especialmente no que se refere ao respeito à autonomia, à confidencialidade e à não discriminação.

A evolução das metodologias diagnósticas constitui um elemento relevante para a compreensão da efetividade das políticas públicas de combate ao HIV. Ferreira (2023, p. 4-5) analisa a evolução histórica das metodologias diagnósticas de HIV/AIDS no Brasil, destacando que os avanços tecnológicos ampliaram a capacidade de detecção precoce da infecção e contribuíram para a redução da transmissão vertical e horizontal do vírus. Essa perspectiva histórica é incorporada na análise metodológica deste estudo, que considera a evolução das políticas públicas em articulação com os avanços científicos e tecnológicos no campo do diagnóstico e do tratamento do HIV. A compreensão dessa evolução é essencial para avaliar a efetividade das políticas atuais e identificar as inovações necessárias para ampliar o alcance das estratégias de prevenção.

As limitações metodológicas deste estudo incluem a dependência de dados secundários, que podem apresentar inconsistências ou lacunas de informação, e a restrição temporal da revisão integrativa, que abrange publicações dos últimos dez anos. Além disso, a análise qualitativa está sujeita à interpretação do pesquisador, o que exige rigor metodológico e transparência nos procedimentos analíticos. Apesar dessas limitações, a triangulação de fontes de dados, incluindo artigos científicos, documentos oficiais e indicadores epidemiológicos, contribui para ampliar a validade e a confiabilidade dos resultados. A escolha metodológica adotada neste estudo permite uma análise abrangente e crítica das políticas públicas de combate ao HIV no Brasil, fornecendo subsídios para a compreensão dos desafios e das oportunidades para o aprimoramento dessas políticas.

A metodologia apresentada nesta seção reflete o compromisso com o rigor científico e com a produção de conhecimentos que possam contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de saúde. A articulação entre revisão integrativa, análise documental e análise de indicadores epidemiológicos permite uma compreensão multidimensional da efetividade das políticas de combate ao HIV, considerando suas dimensões epidemiológicas, sociais, políticas e éticas. Os procedimentos metodológicos descritos garantem a transparência e a replicabilidade da pesquisa, elementos essenciais para a validação científica dos resultados e para a contribuição ao debate acadêmico e político sobre as políticas públicas de combate ao HIV no Brasil.

Quadro 1 –Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
Lima, R.; Moreira, N.; Medeiros, A.; Moraes, R.; Nascimento, J.; Vianna, R.; Santos, S.	Estimativas da incidência e mortalidade por vírus da imunodeficiência humana e sua relação com indicadores sociais no Brasil	2017	Relaciona incidência e mortalidade por HIV aos fatores sociais brasileiros.
Bick, M.; Paula, C.	Vulnerabilidade programática para insegurança alimentar de crianças expostas ao HIV	2020	Analisa vulnerabilidades sociais e alimentares de crianças expostas ao HIV.

Gonçalves, G.; Silva, G.; Lima, J.; Almeida, D.; Oliveira, J.; Silva, C.; Benevides, M.	Prevalência de mulheres diagnosticadas com HIV/Aids no Brasil	2020	Investiga prevalência e perfil epidemiológico de mulheres com HIV.
Almeida, L.; Guimarães, M.; Dourado, I.; Veras, M.; Magno, L.; Leal, A.; Rocha, G.	Envolvimento em ONGs e participação em ações de prevenção ao HIV/Aids por homens que fazem sexo com homens no Brasil	2021	Examina participação social e prevenção entre populações-chave.
Costa, M.; Costa, I.; Chermont, A.; Campos, P.; Carneiro, I.; Bastos, K.; Ferreira, I.	Contribuições da assistência pré-natal para prevenção da mortalidade materna	2021	Discute impactos do pré-natal na redução da mortalidade materna.
Machado, I.; Müller, E.; Martins, C.	Aspectos epidemiológicos e tendência temporal de HIV/Aids em mulheres em tratamento antirretroviral	2021	Analisa evolução temporal do HIV em mulheres em tratamento.
Alencar, I.; Almeida, D.; Couto, A.; Fontes, J.	Principais alterações imunológicas decorrentes da infecção por HIV	2022	Descreve alterações imunológicas provocadas pelo HIV.
Ferreira, W.	A evolução das metodologias diagnósticas de HIV/Aids: uma análise histórica	2023	Revisa avanços históricos nos métodos diagnósticos de HIV.
Amorim, T.; Dutra, V.; Schiphorst, L.; Gomes, R.; Guerra, M.; Silva, M.; Lucas, R.	Análise de indicadores de saúde no Brasil	2023	Avalia indicadores nacionais de saúde com foco em vulnerabilidades.
Arruda, F.; Silva, M.; Schimin, M.; Cavalcanti, E.; Silva, J.; Silva, L.; Silveira, R.	Fortalecimento da saúde pública através da Política Nacional de Promoção da Saúde	2024	Aborda estratégias de fortalecimento das políticas de promoção da saúde.
Barbosa, J.; Macêdo, G.; Silva, R.	Social inequities and syphilis and HIV infection	2024	Discute desigualdades sociais associadas às infecções por HIV e sífilis.
Coelho, J.; Godoy, M.	O impacto das teorias do caos e complexidade na efetividade das políticas públicas de saúde	2024	Aplica teorias da complexidade na análise de políticas de saúde.
Cunha, A.; Martins, É.; Guerreiro, T.	Desafios de mulheres portadoras de HIV/Aids na gestação	2024	Analisa vivências e desafios de gestantes vivendo com HIV.
Moretto, I.; Marques, I.; Marques, A.; Ribeiro, E.; Camargo, I.; Lima, J.; Alarcon, M.	Evidências científicas sobre políticas públicas para pessoas idosas no Brasil	2024	Sistematiza evidências sobre políticas públicas voltadas à população idosa.
Lima, R.; Moreira, N.; Medeiros, A.; Moraes, R.; Nascimento, J.; Vianna, R.; Santos, S.	Estimativas da incidência e mortalidade por vírus da imunodeficiência humana e sua relação com indicadores sociais no Brasil	2017	Relaciona incidência e mortalidade por HIV aos fatores sociais brasileiros.
Bick, M.; Paula, C.	Vulnerabilidade programática para insegurança alimentar de crianças expostas ao HIV	2020	Analisa vulnerabilidades sociais e alimentares de crianças expostas ao HIV.
Gonçalves, G.; Silva, G.; Lima, J.; Almeida, D.; Oliveira, J.; Silva, C.; Benevides, M.	Prevalência de mulheres diagnosticadas com HIV/Aids no Brasil	2020	Investiga prevalência e perfil epidemiológico de mulheres com HIV.

Fonte: Elaboração do próprio autor

Esse quadro acima de referências sobre HIV/Aids e políticas de saúde pública no Brasil destaca a evolução cronológica das discussões acadêmicas, desde análises epidemiológicas em 2017 até estratégias de promoção da saúde em 2024, permitindo identificar padrões como o foco em

vulnerabilidades sociais, prevenção materna e desafios éticos, o que facilita a construção de argumentos integrados para debater intervenções eficazes em contextos de saúde coletiva.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise da literatura científica e dos documentos oficiais revelou que as políticas públicas de combate à transmissão do HIV no Brasil apresentam avanços significativos, mas também enfrentam desafios estruturais que comprometem sua efetividade. Os resultados obtidos neste estudo foram organizados em quatro dimensões analíticas: as respostas do campo da promoção da saúde, os indicadores epidemiológicos de HIV/AIDS, as desigualdades regionais e sociais na incidência e mortalidade, e as limitações programáticas das políticas públicas. A interpretação desses resultados à luz do referencial teórico permite compreender os fatores que condicionam a efetividade das políticas e identificar as lacunas que demandam intervenções específicas.

As respostas do campo da promoção da saúde no enfrentamento ao HIV/AIDS têm sido caracterizadas pela implementação de estratégias de prevenção combinada, que articulam intervenções biomédicas, comportamentais e estruturais. Gomes *et al.* (2019) identificaram que as ações de promoção da saúde voltadas ao enfrentamento do HIV incluem a distribuição de preservativos, a oferta de testagem rápida, a profilaxia pré-exposição e a profilaxia pós-exposição, além de estratégias de redução de danos para usuários de drogas. Esses achados evidenciam que as políticas públicas brasileiras têm incorporado as recomendações internacionais de prevenção combinada, reconhecendo que a efetividade das ações depende da articulação de múltiplas estratégias que considerem as especificidades das populações vulneráveis. No entanto, a literatura também aponta que a implementação dessas estratégias enfrenta obstáculos relacionados à insuficiência de recursos financeiros, à descontinuidade das ações e às barreiras de acesso aos serviços de saúde.

Os indicadores epidemiológicos de HIV/AIDS no Brasil revelam tendências preocupantes, especialmente no que se refere ao aumento de casos entre mulheres. Gonçalves *et al.* (2020) demonstraram que a prevalência de mulheres diagnosticadas com HIV/AIDS apresentou crescimento significativo entre 2010 e 2019, evidenciando a feminização da epidemia e a necessidade de políticas públicas que considerem as vulnerabilidades específicas das mulheres. Esse fenômeno está relacionado a fatores como a desigualdade de gênero, a violência doméstica, as dificuldades de negociação do uso de preservativos e as barreiras de acesso aos serviços de saúde reprodutiva. A feminização da epidemia representa um desafio central para as políticas públicas, exigindo estratégias que promovam o empoderamento das mulheres, a garantia de seus direitos sexuais e reprodutivos e a ampliação do acesso a métodos de prevenção controlados pelas próprias mulheres.

As desigualdades regionais e sociais na incidência e mortalidade por HIV constituem uma dimensão crítica para a compreensão da efetividade das políticas públicas. Lima *et al.* (2017) analisaram a relação entre os indicadores epidemiológicos de HIV e os indicadores sociais nos estados brasileiros, identificando que as regiões com piores indicadores socioeconômicos apresentam maiores taxas de incidência e mortalidade por HIV. Esses resultados corroboram a perspectiva teórica de que as desigualdades sociais amplificam a vulnerabilidade ao HIV e comprometem o acesso ao diagnóstico e ao tratamento. A concentração de casos em populações marginalizadas e em regiões com menor desenvolvimento socioeconômico evidencia que as políticas públicas de combate ao HIV não podem ser dissociadas das políticas de redução das desigualdades sociais e de promoção do desenvolvimento regional.

A análise temporal dos indicadores epidemiológicos revela tendências diferenciadas entre as regiões e os grupos populacionais. Machado, Müller e Martins (2021) investigaram os aspectos epidemiológicos e a tendência temporal de HIV/AIDS em mulheres em tratamento antirretroviral na região dos Campos Gerais entre 2002 e 2017, identificando que, apesar da ampliação do acesso ao tratamento, persistem desafios relacionados à adesão terapêutica e à qualidade da assistência prestada. Esses achados sugerem que a efetividade das políticas públicas não depende apenas da disponibilidade de tecnologias biomédicas, mas também da capacidade dos serviços de saúde em garantir o acompanhamento longitudinal, o suporte psicossocial e a integração entre os diferentes níveis de atenção à saúde. A fragmentação dos serviços e a ausência de mecanismos de coordenação do cuidado constituem vulnerabilidades programáticas que comprometem os resultados das intervenções.

A análise das políticas públicas voltadas para populações específicas revela lacunas importantes na resposta ao HIV. Moretto *et al.* (2024) examinaram as evidências científicas sobre políticas públicas para pessoas idosas no Brasil, identificando que essa população tem sido negligenciada nas estratégias de prevenção ao HIV, apesar do aumento de casos entre pessoas com mais de 60 anos. Essa constatação evidencia que as políticas públicas têm sido orientadas por estereótipos que associam o HIV exclusivamente a populações jovens, desconsiderando a vulnerabilidade de outros grupos etários. A ampliação da efetividade das políticas de combate ao HIV exige, portanto, a superação de preconceitos e a implementação de estratégias de prevenção que considerem a diversidade das populações vulneráveis.

A revisão sistemática das políticas públicas ambientais realizada por Nadal *et al.* (2020) oferece insights relevantes para a compreensão dos desafios metodológicos e operacionais enfrentados pelas políticas públicas em diferentes áreas. Embora o foco desses autores seja a área

ambiental, suas análises sobre a fragmentação das políticas, a insuficiência de mecanismos de monitoramento e avaliação, e as dificuldades de articulação intersetorial podem ser estendidas para a compreensão das limitações das políticas de combate ao HIV. A efetividade das políticas públicas depende não apenas de sua formulação normativa, mas também de sua capacidade de implementação, monitoramento e adaptação às realidades locais e às necessidades das populações vulneráveis.

A comparação dos achados deste estudo com a literatura internacional revela que os desafios enfrentados pelo Brasil são compartilhados por outros países de renda média, especialmente no que se refere às desigualdades sociais, ao estigma e à vulnerabilidade programática. No entanto, o Brasil destaca-se pela garantia de acesso universal ao tratamento antirretroviral, uma conquista que tem sido reconhecida internacionalmente como um modelo de política pública de saúde. Apesar desse avanço, persistem desafios relacionados à prevenção da transmissão, especialmente entre populações-chave, e à redução das desigualdades regionais no acesso aos serviços de saúde.

As limitações deste estudo incluem a dependência de dados secundários, que podem apresentar inconsistências ou lacunas de informação, e a restrição temporal da revisão integrativa. Além disso, a análise qualitativa está sujeita à interpretação do pesquisador, o que exige rigor metodológico e transparéncia nos procedimentos analíticos. Apesar dessas limitações, os resultados obtidos fornecem subsídios importantes para a compreensão da efetividade das políticas públicas de combate ao HIV no Brasil e para a identificação das lacunas que demandam intervenções específicas. As implicações desses resultados incluem a necessidade de fortalecer a articulação intersetorial, ampliar o acesso aos serviços de saúde, reduzir o estigma e a discriminação, e implementar mecanismos de monitoramento e avaliação que permitam a adaptação contínua das políticas públicas às necessidades das populações vulneráveis.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a efetividade das políticas públicas implementadas no Brasil para o combate à transmissão do HIV, considerando suas dimensões epidemiológicas, organizacionais e sociais. A investigação partiu da compreensão de que, apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, especialmente no que se refere à garantia de acesso universal ao tratamento antirretroviral, persistem desafios estruturais que comprometem a capacidade das políticas públicas em interromper as cadeias de transmissão do vírus. Os resultados obtidos demonstram que a efetividade das políticas de combate ao HIV está condicionada por múltiplos fatores, incluindo as desigualdades sociais e regionais, as vulnerabilidades programáticas dos serviços de saúde, o estigma e a discriminação, e as lacunas na cobertura das estratégias de prevenção entre populações-chave. A

síntese dos achados revela que, embora o Brasil tenha consolidado um modelo de política pública reconhecido internacionalmente, a feminização da epidemia, o aumento de casos entre pessoas idosas e as disparidades regionais na incidência e mortalidade por HIV evidenciam a necessidade de reformulações estratégicas que ampliem o alcance e a equidade das intervenções.

As contribuições deste estudo para a área da saúde pública residem na produção de uma análise crítica e multidimensional das políticas públicas de combate ao HIV, que articula perspectivas epidemiológicas, sociais e programáticas. A identificação das lacunas existentes nas políticas atuais, especialmente no que se refere à atenção às mulheres, às pessoas idosas e às populações vulneráveis em regiões com menores indicadores socioeconômicos, fornece subsídios importantes para o aprimoramento das estratégias de prevenção, diagnóstico e tratamento. Além disso, a análise da articulação entre Estado e sociedade civil, especialmente o papel das organizações não governamentais na ampliação do acesso às ações de prevenção, destaca a importância de fortalecer as redes comunitárias como componente essencial da resposta à epidemia. A compreensão das vulnerabilidades programáticas, que incluem a fragmentação dos serviços, a insuficiência de recursos e a ausência de mecanismos de monitoramento e avaliação, contribui para a identificação de caminhos para o fortalecimento institucional das políticas públicas de saúde.

As limitações desta pesquisa incluem a dependência de dados secundários, que podem apresentar inconsistências ou lacunas de informação, e a restrição temporal da revisão integrativa, que abrange publicações dos últimos dez anos. A ausência de dados primários coletados diretamente com usuários dos serviços de saúde e com gestores das políticas públicas constitui uma limitação que pode ser superada em estudos futuros. Sugere-se que pesquisas subsequentes adotem abordagens metodológicas que incluam a coleta de dados primários, por meio de entrevistas, grupos focais ou questionários, que permitam capturar as percepções e experiências dos atores envolvidos na implementação das políticas públicas. Além disso, estudos comparativos entre diferentes regiões do Brasil ou entre o Brasil e outros países de renda média podem fornecer insights adicionais sobre os fatores que condicionam a efetividade das políticas de combate ao HIV. A realização de estudos longitudinais que acompanhem a evolução dos indicadores epidemiológicos e das políticas públicas ao longo do tempo também constitui uma agenda de pesquisa relevante para a compreensão das tendências e dos desafios futuros.

A reflexão final sobre o impacto deste trabalho destaca a relevância de produzir conhecimentos que subsidiem a formulação e o aprimoramento das políticas públicas de saúde. A epidemia de HIV permanece como um desafio sanitário que exige respostas integradas, equitativas e baseadas em evidências científicas. A efetividade das políticas públicas depende não apenas de sua

formulação normativa, mas também de sua capacidade de implementação, monitoramento e adaptação às realidades locais e às necessidades das populações vulneráveis. A superação dos desafios identificados neste estudo exige o fortalecimento da articulação intersetorial, a ampliação do acesso aos serviços de saúde, a redução do estigma e da discriminação, e a implementação de mecanismos de avaliação que permitam a melhoria contínua das políticas públicas. A contribuição deste estudo para o debate acadêmico e político sobre as políticas de combate ao HIV no Brasil reside na produção de uma análise crítica que reconhece os avanços alcançados, mas também identifica as lacunas que demandam atenção urgente para a construção de uma resposta mais efetiva e equitativa à epidemia.

## REFERÊNCIAS

Alencar, I.; Almeida, D.; Couto, A.; Fontes, J. Principais alterações imunológicas decorrentes da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana adquirida - HIV / Main immunological alterations resulting from infection by the acquired human immunodeficiency virus - HIV. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 7, p. 50231-50252, 2022. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv8n7-101>

Almeida, L.; Guimarães, M.; Dourado, I.; Veras, M.; Magno, L.; Leal, A.; Rocha, G. Envolvimento em organizações não governamentais e a participação em ações de prevenção ao HIV/Aids por homens que fazem sexo com homens no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. 11, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00150520>

Amorim, T.; Dutra, V.; Schiphorst, L.; Gomes, R.; Guerra, M.; Silva, M.; Lucas, R. Análise de indicadores de saúde no Brasil. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 5, n. 4, p. 1893-1901, 2023. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v5n4p1893-1901>

Arruda, F.; Silva, M.; Schimin, M.; Cavalcanti, E.; Silva, J.; Silva, L.; Silveira, R. Fortalecimento da saúde pública através da Política Nacional de Promoção da Saúde. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 17, n. 7, e8789, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.7-373>

Barbosa, J.; Macêdo, G.; Silva, R. Social inequities and syphilis and HIV infection: a challenge for Brazilian public health. *Revista Ibero-Americana de Humanidades Ciências e Educação*, v. 1, n. 2, p. 306-316, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v1i2.10996>

Bick, M.; Paula, C. Vulnerabilidade programática para insegurança alimentar de crianças expostas ao HIV: revisão integrativa. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, v. 8, n. 1, p. 100, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18554/refacs.v8i1.4404>

Coelho, J.; Godoy, M. O impacto das teorias do caos e complexidade na efetividade das políticas públicas na área da saúde. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 17, n. 12, e12352, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.12-020>

Costa, M.; Costa, I.; Chermont, A.; Campos, P.; Carneiro, I.; Bastos, K.; Ferreira, I. Contribuições da assistência pré-natal na atenção primária à saúde no Brasil para prevenção da mortalidade materna: revisão integrativa de 2015 a 2019. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 3, e52810313207, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13207>

Cunha, A.; Martins, É.; Guerreiro, T. Os desafios da vivência de mulheres portadoras de HIV/Aids na gestação, no Amazonas - Brasil: uma revisão integrativa. *Revista Foco*, v. 17, n. 5, e5171, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n5-117>

Fernandes, S.; Costa, T.; Reis, B.; Sarsur, M.; Dadalto, L. Estigma: um desafio ético para a consolidação das políticas públicas de combate ao HIV no Brasil. *Revista Brasileira de Bioética*, v. 14, ed. sup., p. 179, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26512/rbb.v14iedsup.26506>

Ferreira, W. A evolução das metodologias diagnósticas de HIV/Aids: uma análise histórica da epidemia no Brasil. 2023. p. 4-5. DOI: <https://doi.org/10.5327/dst-2177-8264-202335s1013>

Gomes, G.; Rodrigues, C.; Bittar, C.; Beretta, R. Respostas do campo da promoção da saúde no enfrentamento ao HIV/Aids: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde*, v. 8, n. 1, p. 205-220, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33362/ries.v8i1.1510>

Gonçalves, G.; Silva, G.; Lima, J.; Almeida, D.; Oliveira, J.; Silva, C.; Benevides, M. Prevalência de mulheres diagnosticadas com HIV/Aids no Brasil: um estudo retrospectivo de 2010 a 2019. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 9, e96996749, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.6749>

Lima, R.; Moreira, N.; Medeiros, A.; Moraes, R.; Nascimento, J.; Vianna, R.; Santos, S. Estimativas da incidência e mortalidade por vírus da imunodeficiência humana e sua relação com os indicadores sociais nos estados do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, v. 21, n. 2, p. 139-144, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6032.2017v21n2.28569>

Machado, I.; Müller, E.; Martins, C. Aspectos epidemiológicos e tendência temporal de HIV/Aids em mulheres em tratamento antirretroviral, Campos Gerais: 2002-2017. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 4, e25510414035, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i4.14035>

Moretto, I.; Marques, I.; Marques, A.; Ribeiro, E.; Camargo, I.; Lima, J.; Alarcon, M. Evidências científicas sobre políticas públicas para pessoas idosas no Brasil. *Revista Eletrônica Acervo Enfermagem*, v. 24, e17349, 2024. DOI: <https://doi.org/10.25248/reaenf.e17349.2024>

Nadal, K.; Kuasoski, M.; Mascarenhas, L.; Maganhotto, R.; D oliveira, S. Políticas públicas ambientais: uma revisão sistemática. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, v. 12, n. 1, p. 680-690, 2020. DOI: <https://doi.org/10.6008/cbpc2179-6858.2021.001.0054>